

DA IDEOLOGIA À ARQUITETURA, UM PROJETO ALÉM-MAR: O NEOMANUELINO NO BRASIL

Maria de Fátima da Silva Costa Garcia de Mattos, Prof.^a Msc.
mfmmattos@netsite.com.br

Na segunda metade do século XIX, quase todos os países da Europa aderiram ao espírito das comemorações, exaltando o pertencimento a um mundo que estava em exibição.

O Romantismo, sob a égide individualista, tinha sua ideologia expressa numa revolução artística interior em busca de uma resposta, o entendimento da relação entre o artista e a sociedade de seu tempo, a história como modelo. Isto permitiu a revivescência de várias formas até então colocadas de lado, favorecendo o aparecimento dos *revival styles*. Esse "revivalismo" tornou-se um princípio estilístico e, segundo Pevsner, a variedade de estilos no século XIX era porque os valores associativos eram os únicos valores, em arquitetura, acessíveis à nova classe dirigente ¹.

Dentre eles, o Neogótico surge como uma leitura tipológica tanto da arquitetura quanto da decoração gótica, extraídas de exemplares medievais, e, compondo novas estruturas, será substituído em Portugal, pelo *Neomanuelino*. Esse estilo retoma as características do Manuelino, no século XIX, retomando também, uma simbologia importante do passado nacional.

Embora muito diferente em seus objetivos, o Neomanuelino funcionou, nas palavras da Profa. Regina Anacleto, "como um espólio do passado transformado em patrimônio; é sobre este patrimônio que se apoiará a consciência nacional da nova classe burguesa e, embora esporadicamente, o estado" ³.

Esse surto de revivalismos que se alastrou, aliado a uma visão Romântica que recobria as novas estruturas dos equipamentos urbanos, criou "um outro Manuelino, uma arquitetura mais fantasiada, um estilo plasticamente rico e emblemático em Portugal, o *Neomanuelino*, comenta o Prof. Pedro Dias⁴, cujo rebatimento, no Brasil, pudemos perceber nas últimas décadas desse mesmo século. Com características semelhantes ao Manuelino, se expressa mnemonicamente através das grandezas e glórias do passado, porém funcionalmente diferente e mais dinâmico, ao sabor do Ecletismo de final de século, que ligava seus princípios a uma clientela burguesa, sequiosa de conforto e progresso e que se

¹ PEVSNER, Nikolaus. *Panorama da Arquitetura Ocidental*. São Paulo: Martins Fontes, 1982, p. 360.

³ ANACLETO, Maria Regina D. Teixeira. *Arquitetura Neomedieval Portuguesa*. Lisboa: Fundação Calouste Goulbenkian, 1997. Vol 1, p. 19.

⁴ DIAS, Pedro. Manuelino e Neomanuelino In: *O Neomanuelino ou a Reinvenção dos Descobrimientos*. Lisboa: IPAAR, 1994, p. 46-55.

apropriava de pequenos prazeres, ligados às novidades, ao modismo e ao gosto da produção arquitetônica.

O estilo que aqui se configurou, seguindo esta mesma leitura, veio reforçar o sentimento identitário de toda uma comunidade lusitana que fez valer o seu prestígio e poder, naturais no universo social da época, e que, no bojo da celebração nacional, encerrava o carisma filosófico e político da sua representação.

A arquitetura, ao longo da história, foi representativa, enquanto símbolo, de um determinado poder religioso, político, econômico ou social. Porém, no século XIX, o século da memória por excelência, ela aparece como que espelhando um nacionalismo que insiste em se identificar com a nova sociedade européia. Assim, os monumentos edificados, portadores de mensagens, foram os materializadores da identidade nacional. A comemoração, segundo Le Goff ⁵, apropria-se de novos instrumentos de suporte: moedas, medalhas, selos de correio, multiplicam-se (...) uma nova vaga de estatuária, uma nova civilização da inscrição (monumentos, placas de parede), submerge as nações Européias.

O ideal da universalização da cultura oitocentista em Portugal passava pela valorização dos centros de saber teóricos, como academias literárias e militares, centros formadores da elite acadêmica. A democratização da leitura, através da oferta variada de gêneros literários e a descentralização dos espaços de leitura, promoveu a disseminação do saber na busca do progresso e se encontrava tanto num público diversificado como em lugares diversificados, o café, a livraria, as bibliotecas públicas, etc.

No Brasil e nos países da Europa que sofreram a influência do Iluminismo, comenta Kátia Carvalho, ter uma biblioteca particular era um indicador de nível cultural e social de seu proprietário. Na esfera pública, fundar uma biblioteca era tornar públicos o respeito e o culto ao livro ⁶.

Isto teve um rebatimento pertinente na sociedade do Rio de Janeiro em meados do século XIX, tanto no partido arquitetônico do seu edifício como na configuração desses espaços de leitura, por parte colônia portuguesa ali radicada, intelectuais, médicos e bacharéis em Direito que, ao se reunirem num importante local, difusor de obras e autores para uma pequena elite carioca, os *cabinets*, estendiam além-mar esse mesmo projeto, na esteira e no jardim da tradição. Para tanto, o seu projeto arquitetônico nos remete ao estilo das "arquiteturas Pátrias", apoiando-se na história como memória coletiva e assumindo uma função simbólica, como imagem de um poder aqui representado através da sua arquitetura.

⁵ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: UNICAMP, 1992.

⁶ CARVALHO, Kátia. *Travessia das Letras*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999, p. 129/130.

Os Gabinetes Portugueses de Leitura apresentam-se, então, como referenciais urbanos conformados às aspirações sociais da época. A sociedade se formava, os homens aproximavam-se para trocar idéias e uma vida associativa desabrochou, resgatando por meio de seus edifícios a memória e a formação dessa identidade nacional, expressa em novos centros de convívio, cultura e lazer.

É assim, que os edifícios dos Gabinetes Portugueses de Leitura, apropriando-se do espaço da cidade, interferiram em nível de representação, através de seus signos e imagens esculpidas, num universo simbólico e não somente como edificação, uma vez que alguns deles já contemplavam inovações pertencentes às variáveis estilísticas européias, aqui introduzidas, como o uso do ferro e do vidro. O edifício tornou-se, então, o suporte para essa arte emblemática.

O Gabinete Português do Rio de Janeiro, criado em 1837, representou a fundação da modernidade portuguesa emigrada para o Brasil, nas palavras de Barros Martins⁷. Teve várias sedes. No ano de 1840, no sobrado da Rua São Pedro nº 83, de onde se transferiu para a Rua da Quitanda nº 55, (já demolido), um edifício de três pavimentos, com azulejos na fachada e telhas de canal esmaltado em Alcobaça que, demonstrando-se insuficiente para abrigar o acervo, transferiu-se novamente, em 1850, para a Rua dos Beneditinos nº 12.

A diretoria do ano de 1878 lançou, na época, um Apelo à Comunidade Portuguesa radicada no Rio de Janeiro para aumentar os “fundos para o edifício” visto que já haviam adquirido, entre 1871/72, dois terrenos na Rua da Lampadosa nº 28 e 30. Essa Diretoria, uma das mais atuantes, presidida pelo Sr. Eduardo Lemos e seu vice-presidente, Joaquim da Costa Ramalho Ortigão, vendo aproximar-se o dia 10 de junho, no ano de 1880, data das comemorações Camonianas (o 3º Centenário de Camões), manda demolir os quatro velhos prédios⁸ para preparar o terreno da Rua da Lampadosa (atual Luís de Camões) para o lançamento da pedra fundamental do novo edifício, cuidando para que o fato alcançasse grande repercussão.

Era um *locus* privilegiado, perto dos teatros mais freqüentados (como o Teatro S. Pedro, hoje João Caetano), a Escola Politécnica, no Largo São Francisco, o Conservatório de Música e a Sociedade Beneficente Musical, ambos na Rua Lampadosa, local conhecido também, como “bairro das artes”, e um eixo por onde, certamente, deveria passar o desenvolvimento da capital carioca.

⁷ BARROS MARTINS, A. A. de. *Esboço Histórico do Real Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro*. 1837-1912. Rio de Janeiro: Typ. Do Jornal do Comércio, 1913, p.51.

⁸ Relatório da Diretoria do Gabinete Português de Leitura em 1880. Rio de Janeiro: Typ. e Lith. Moreira, Maximiliano & Cia, 1881, p. 43. Porém, no Relatório da Diretoria de 1881, p. 27, encontramos “a diretoria folga de mencionar neste relatório a aquisição do terreno aos fundos do nosso prédio que o gabinete desde alguns annos pretendia comprar”.

A solicitação do projeto ao engenheiro arquiteto Raphael da Silva e Castro para construção do edifício nos terrenos de nº 28 e 30 da Rua da Lampadosa, em 1872, retorna e, juntamente com as sete pranchas, dizia ele, em carta enviada em 19 de julho do mesmo ano, ao descrever o Desenho nº 7:

“Fachada principal do edifício – conforme me foi recomendado segui nesta fachada, assim como em todo o edifício o estilo de arquitetura manuelino, seguindo com especialidade a arquitetura da Igreja dos Jerónimos...” ...

O segundo projeto, que foi o definitivo, datado de 9 de maio de 1880⁹, desta vez com uma testada de 22,35 m, que solucionava sua queixa anterior sobre “as acanhadas proporções do terreno”, que não lhe oferecia liberdade de trabalho, foi desenvolvido com as devidas alterações para a utilização da área. Isso inclui a cantaria da fachada em lioz, com as grandes janelas policrômicas frontais, para especial efeito de iluminação; as esculturas de Camões, Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral e do Infante D. Henrique; os medalhões de Fernão Lopes, Gil Vicente, Herculano e Garrett, esculpidos por José Simões de Almeida Júnior e tal, como no Mosteiro, terminando com a esfera armilar e a cruz de Cristo, insígnias do “Rei Venturoso”.

O outro projeto, de que também se tem notícia, foi solicitado pela Diretoria em 1879 ao renomado arquiteto Francisco Bithencourt da Silva, excepcional profissional que era discípulo de Grandjean de Montigny e estudioso de Paládio, também com a fachada Manuelina. Porém, tendo a Diretoria acolhido a escolha do projeto de Raphael da Silva e Castro, encontra-se registrado, no agradecimento a Bithencourt da Silva, a justificativa por essa preferência “pela simples razão de ser este de execução mais fácil e mais barata”.¹⁰

Em 10 de setembro de 1887, ao completar 50 anos de fundação foi inaugurado o atual edifício do Gabinete Português de Leitura, à Rua Luís de Camões nº 30, meio a uma grande festividade, e que melhor se apresenta num trecho do discurso de Joaquim Nabuco:

*“O edifício está completo, a estrutura material está prompta, ides agora inflar-lhe o espírito, a alma que o há de animar(...) É a 1ª significação deste monumento; um monumento levantado à missão da vossa nacionalidade e, portanto, é uma afirmação da vossa consciência portuguesa, da pátria intangível(...) tem [ainda] um 2º caráter: elle é um padrão de posse nacional; com elle reclamais para vós o domínio da língua portugueza no Brasil em nome de Luís de Camões. E tendes razão. A língua é uma tradição preciosa.(...) Há uma 3ª afirmação neste edificio: é o culto a Camões que pertence ainda à comemoração gloriosa de que tivestes a iniciativa.(...) Abi estão os três grandes traços desta criação: affirmação da pátria, reivindicção da língua portugueza, centro da religião, ou melhor, da cultura Camoniana – [mas] há um quarto traço: aliança intellectual luso-brazileira. Este monumento é um símbolo de fraternidade. Não se fazem doações destas a uma nação com a qual não se está vinculado irmamente”*¹¹

⁹ TAVARES, Antonio Rodrigues(dir) e SILVA, Pedro Ferreira (coord). *Fundamentos e Atualidades do Real Gabinete Português de Leitura*. Edição Comemorativa 140º aniversário de fundação. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 1977, p. 78.

¹⁰ Relatório da Diretoria do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro em 1880. Edifício em Construção. Rio de Janeiro: Typ. e Lith. Moreira, Maximiliano & Cia, 1881, p. 43.

¹¹ BARROS MARTINS, A. A. de. ob cit. p. 64-66.

Em 1970 foi feito o tombamento do edifício e do acervo pela Secretaria de Estado da Educação e Cultura do Estado da Guanabara ¹².

O Gabinete Português de Leitura de Salvador foi criado em 02 de março 1863, na sala de sessões da Real Sociedade Portuguesa de Beneficência Dezesseis de Setembro, por iniciativa de um grupo de portugueses, que “tinha por finalidade a aquisição de um maior número de obras de “reconhecida utilidade”, escritas em português e francês, para utilização de todos”. Seu fundador e primeiro presidente foi o português Comendador Manoel Joaquim Rodrigues Pedreira. Sua primeira sede foi instalada no mesmo ano, na Rua Direita do Comércio nº 44.

Em virtude da crescente procura, o Gabinete foi transferido três vezes, sendo a última instalação a da Rua do Palácio nº 40 (hoje rua Chile) que no processo de urbanização, em 1912, foi demolido, motivando assim a busca de um novo lugar para dar continuidade à obra tão bem aceita pela comunidade. Com o dinheiro recebido como indenização, adquiriram um terreno onde construíram, em definitivo, o prédio atual.

Apesar da exígua documentação disponível para pesquisa, hoje em grande parte recolhida em arquivo e na hemeroteca encontrada no Salão da Biblioteca, foi possível depreender que o edifício Neomanuelino foi desenhado entre 1912 e 1915, pelo arquiteto Alberto Barelli, e teve sua construção dirigida pelo mestre português Pinto Parente. Foi inaugurado em 03 de fevereiro de 1918, na antiga Praça 13 de Maio, atual da Praça da Piedade.

Em sua fachada identificam-se duas esculturas, a do Infante D. Henrique, do lado esquerdo, e a de Luís de Camões, do lado direito, e nos medallhões, Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral, a exemplo dos vultos históricos presentes no Real Gabinete de Leitura do Rio de Janeiro.

A história do **Centro Português de Santos** remonta aos finais do século XIX e início do XX, quando a cidade vivia em pleno regime Republicano, em meio a uma época de grandes transformações políticas e sociais da Nação, o seu período de expansão, através dos benefícios que o setor cafeeiro iria consolidar, marcando o desenvolvimento comercial e urbanístico que a cidade via nascer.

O amor à Pátria longínqua, a necessidade de representação de classe e a união pelo amparo moral, jurídico e social motivaram a colônia portuguesa a um movimento associativo que deu origem, conforme Ata de Fundação, sob

“teatro lotado”, o Teatro Guarani, em 01 de dezembro de 1895, com sessão presidida pelo Sr. José Maria de Azevedo, ao Centro Português de Santos.

Esse empreendimento foi obra de iniciativa do Vice-Cônsul de Portugal, Luís José de Matos; do Dr. Manuel Homem de Bittencourt; Joaquim Inácio da Fonseca Saraiva; José Maria de Azevedo Magalhães e José Maria Soares. Presidiu a sessão, o Dr. Manuel Homem Bittencourt que depois de discursar, passou a palavra ao jornalista Alberto da Veiga o qual, amparado pela história, resgatou, em seu discurso, a memória da Restauração e Independência de Portugal, em 1640.

Na oportunidade, Alberto da Veiga explicou os motivos da criação do Centro Português, que era “congregar todos os portugueses com a finalidade do culto ao tradicionalismo, da cultura literária, científica, profissional e social, sem intuítos políticos e para a defesa e amparo dos portugueses humildes e desprotegidos”¹³. Esse mesmo idealismo pátrio, observamos então, que se encontra presente nos três Gabinetes como mentalidade e manutenção do espírito ligado à tradição.

Localizado no centro velho de Santos, o Centro Português teve sua primeira sede no edifício da Praça da República nº 11, e sua sede própria, onde ainda se encontra atualmente, na Rua Amador Bueno esquina com a Martim Afonso. A pedra fundamental foi lançada em 15 de maio de 1898, data comemorativa dos 400 anos da descoberta do caminho marítimo das Índias, descrito no épico de Camões, *Os Lusíadas*.

O edifício, em estilo Neomanuelino, foi projetado pelos engenheiros portugueses Ernesto de Maia e João Esteves Ribeiro da Silva e construído no lote nº 188 da Rua Amador Bueno, com área de 700,90 m², concluído em 02 de maio de 1899 e inaugurado em 08 de outubro de 1900.

O Centro Português por volta das décadas 50 e 60 do século passado viveu, novamente, uma grande época, recebendo a elite local e realizando grandes bailes, inclusive os melhores bailes carnavalescos de Santos. Atualmente, vive das mensalidades de aproximadamente 150 sócios.

Maria de Fátima da Silva Costa Garcia de Mattos. Docente de História da Arte do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Moura Lacerda, Ribeirão Preto (SP). Doutoranda em História da Arte pela ECA/USP, São Paulo. Mestre em História pela FHDSS/UNESP, Franca (SP). Graduada e Especialista em Artes.

¹² Processo 03/300.339, of. 119 de 16/09/1970 da Divisão do Patrimônio Histórico do Estado da Guanabara.

¹³ ALVES, Maria de Fátima Pereira e outros. *Centro Português de Santos e seu Centenário*. Edição Comemorativa. Santos, 1995.